

A AGROPECUÁRIA E SEUS PROCESSADOS NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

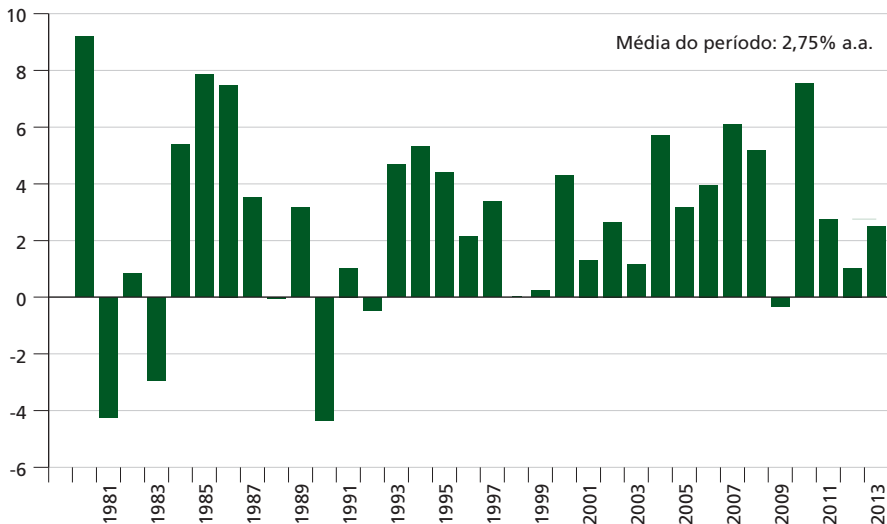
Rogério Edivaldo Freitas

1 INTRODUÇÃO

O Brasil enfrenta expressiva dificuldade macroeconômica, parte desta originada de questões estruturais e/ou institucionais que não são novas – isto é, estão presentes na sociedade brasileira desde o final da década de 1980.

Um resultado claro nessa direção são os baixos níveis de crescimento registrados pela economia brasileira, ao longo dos últimos 35 anos. Os dados do gráfico 1 são ilustrativos nesse ponto e referem-se à variação real anual do produto interno bruto (PIB) a preços de mercado, conforme IBGE (2016).

GRÁFICO 1
PIB a preços de mercado: variação real anual – referência 2000 (1981-2013)
 (Em % ao ano)



Fonte: IBGE (2016), a partir do Ipeadata.

Acerca dos dados já referidos, cumpre observar que estes *não levam em conta o crescimento populacional*. Vale dizer, os respectivos indicadores *per capita* estão aquém dos patamares desejados e/ou potenciais de crescimento da economia brasileira. Nesse contexto, o desempenho da agropecuária tem sido um senão positivo. A geração de safras permanentes e temporárias tem presenciado tendência de crescimento desde a década de 1980, seja por incrementos tecnológicos, seja por meio da incorporação de novas áreas ao processo produtivo.

A incorporação de novas áreas é inclusive um fenômeno em curso, como destacado em Freitas e Maciente (2015), com fronteiras agrícolas em trechos orientais da região Norte em associação com as regiões orientais do Tocantins, do sul maranhense e do extremo oeste baiano, além de novas áreas ao Sul da região Norte em transição com as do norte mato-grossense e do nordeste mato-grossense.

Ao mesmo tempo, inúmeros estudos (Santana e Contini, 2011; Santo, Lima e Souza, 2012; OECD e FAO, 2014) elencam o Brasil como um dos principais atores em termos de crescimento projetado da produção e da exportação de alimentos no mundo. Tendo-se em vista o cenário de baixo crescimento vivido pelo país nos anos recentes, é ainda válido o argumento de Bonelli e Malan (1976), no sentido de que a capacidade de geração de divisas através de exportações é pelo menos tão importante quanto a eventual capacidade de poupar divisas substituindo-se importações por produção doméstica.

Nesse diapasão, o objetivo aqui é mensurar a participação do setor agropecuário nos fluxos e nos saldos comerciais brasileiros. Subsidiariamente, pretende-se identificar os principais itens das pautas agropecuárias exportadora e importadora. Além dessa breve introdução, apresentam-se adicionalmente as seções 2, 3 e 4, respectivamente destinadas à apresentação dos dados e da metodologia, à discussão dos resultados, bem como às considerações finais.

2 DADOS E METODOLOGIA

Os dados utilizados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Brasil, 2015) e compreendem informações anuais do período 1989-2014. A definição de itens agrícolas é aquela derivada do Acordo Agrícola da Rodada do Uruguai. Trata-se de categorização em boa medida referendada pelos países integrantes da Organização Mundial do Comércio (OMC) (WTO, 2015).¹ Ademais, por consequência, os próprios países de regra negociam acordos comerciais, com base nas categorias de produtos definidos no Sistema Harmonizado de Categorização de Produtos (SH), caso dos itens do Acordo Agrícola.

1. Até 2015, a Organização Mundial do Comércio (OMC) contava com 162 países-membros (WTO, 2015).

Nesse ponto, é preciso registrar que a categorização brasileira de produtos nos fluxos de comércio exterior está definida na chamada Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). A NCM empregada pelo Brasil originou-se da categorização anteriormente utilizada pelo país, a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM). Segundo Brasil (2012), ambas as nomenclaturas tiveram por base o SH.

Na NBM, o Brasil adotava dez dígitos classificatórios, em que existiam quatro dígitos além do padrão internacional do SH. Para a composição das NCMs, os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) consolidaram a classificação em oito dígitos, ao acrescentar mais dois dígitos de identificação de mercadorias aos códigos SH, até então homologados em seis dígitos.

Isto posto, os produtos selecionados, conforme esse critério, constam da tabela 1, e tal categorização inclui bens já processados em atividades industriais, a exemplo de óleos animais e vegetais (SH 15), bebidas e vinagres (SH 22) e matérias albuminoides e colas (SH 35).

TABELA 1
Códigos SH do Acordo Agrícola

Capítulo SH	Itens
1 e 2	Todos
4 a 24	Todos – exceto peixes e suas preparações
29	2905.43 e 2905.44
33	33.01
35	35.01 a 35.05
38	3809.10 e 3823.60
41	41.01 a 41.03
43	43.01
50	50.01 a 50.03
51	51.01 a 51.03
52	52.01 a 52.03
53	53.01 a 53.02

Fonte: WTO (2011).
Elaboração do autor.

De modo que todo o período de dados disponíveis (1989-2014) pudesse ser empregado na análise, fizeram-se necessários procedimentos operacionais de harmonização entre as duas definições (NBM e NCM). Esses procedimentos estão detalhados no apêndice.

Compatibilizada a base de dados, a estratégia metodológica baseou-se no seguinte tratamento estatístico.²

2. Tais procedimentos se apoiam em Sartoris (2003) e Bussab e Morettin (1987).

- 1) Totalização de exportações, importações e saldos agropecuários em cada ano da série. Subsequentemente, calculou-se a participação dos fluxos comerciais agropecuários (A) nos fluxos comerciais totais (T) da economia brasileira, de acordo com a equação (1):

$$I_{1it} = (A_{it}) / (T_{it}); i = \text{exportação, importação ou saldo comercial}; \\ t = 1989, \dots, 2014 \quad (1).$$

- 2) Comparação dos fluxos comerciais agropecuários e total tomando-se o ano-base (1989) como igual a 100, obedecendo-se às equações (2a) e (2b):

$$I_{2it} = [(A_{it}) / (A_{i1989})]; i = \text{exportação ou importação}; t = 1990, \dots, 2014 \quad (2a)$$

$$I_{2it} = [(T_{it}) / (T_{i1989})]; i = \text{exportação ou importação}; t = 1990, \dots, 2014 \quad (2b).$$

- 3) Cálculo da participação média, ao longo dos 26 anos disponíveis, dos grupos (G) de produtos NCM²³ nas exportações e importações agropecuárias, consoante a equação (3):

$$I_{3ijt} = \sum_{t=1989}^{2014} [(G_{ijt}) / (A_{it})] / 26; i = \text{exportação ou importação}; j = \text{j-ésimo grupo de produto}; t = 1989, \dots, 2014 \quad (3).$$

- 4) Com base nas etapas anteriores, propõe-se classificar os grupos de produtos em termos de seu desempenho comercial para o período 1989-2014, nos seguintes termos:

- grupo de produtos superavitários: com saldo comercial positivo nos 26 anos observados;
- grupo de produtos predominantemente superavitários: com saldo comercial positivo em, no mínimo, vinte anos da série – ou seja, em ao menos 75% dos anos avaliados;
- grupo de produtos oscilantes: com saldo comercial positivo em, no mínimo, sete e, no máximo, dezenove anos da série;
- grupo de produtos predominantemente deficitários: com saldo comercial negativo em, no mínimo, vinte anos da série – ou seja, em ao menos 75% dos anos avaliados; e
- grupo de produtos deficitários: com saldo comercial negativo nos 26 anos observados.

3. Refere-se à agregação em nível de dois dígitos na taxonomia da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Os comentários dos subitens precedentes estão sumarizados na tabela 2.

TABELA 2
Desempenho comercial dos grupos de produto (SH) (1989-2014)

Anos superavitários	Anos deficitários	Característica
26	0	Superavitário
[20; 25]	[1; 6]	Predominantemente superavitário
[7; 19]	[7; 19]	Oscilante
[1; 6]	[20; 25]	Predominantemente deficitário
0	26	Deficitário

Fonte: Bussab (1988) e Greene (2000).
Elaboração do autor.

Esse último procedimento tem por friso categorizar os resultados comerciais dos grupos de produtos, ao longo do intervalo de tempo em tela, com base na ideia de quartis de distribuição, conforme o total de anos em que um grupo de produtos foi superavitário – ou deficitário – nos seus fluxos comerciais, e ampara-se nas discussões presentes em Bussab (1988) e Greene (2000).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção reúne as subseções 3.1, 3.2 e 3.3, que contemplam, respectivamente, as exportações agropecuárias, as importações agropecuárias, e o saldo correspondente. Todos os dados monetários da seção 3 estão expressos em dólares correntes.

Uma observação importante em relação aos resultados é que estes apresentarão números distintos daqueles publicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Os dados desse ministério são organizados em duas classificações, a saber: agronegócio ou Acordo Agrícola da OMC. A primeira destas inclui pescados e produtos florestais, que não estão aqui contabilizados. Já a segunda definição também inclui os pescados.

De outra parte, a classificação aqui utilizada limita-se estritamente aos itens da versão original do Acordo Agrícola, sem incluir os itens florestais ou pescados, mas contabilizando alíneas específicas dos capítulos 29 (produtos químicos orgânicos), 33 (óleos essenciais e resinoides), 35 (matérias albuminoides e colas), 38 (produtos diversos das indústrias químicas), 41 (peles e couros), 43 (peleteria e suas obras), 50 (seda), 51 (lã e pelos finos ou grosseiros), 52 (algodão) e 53 (outras fibras têxteis vegetais).⁴

4. Uma contribuição adicional dos números aqui exibidos é que estes representam compatibilização entre a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM) e a NCM, de modo a se obter fluxos comerciais de longo prazo – isto é, de 1989 a 2014.

3.1 Exportações

Os resultados obtidos apontam para um moderado – conquanto persistente – crescimento na participação da agropecuária no total de divisas auferidas pelas exportações brasileiras, entre 1989 e 2014. Nesse prazo, os produtos agropecuários foram responsáveis por 30%, em média, dos valores exportados pelo país.

Em termos de oscilações registradas, a menor participação foi verificada em 2000 (23%), ao passo que o pico participativo se deu em 2014 (37%). É razoável dizer que tais oscilações estejam associadas às mudanças na política comercial – externa e brasileira, à conjuntura cíclica internacional⁵ e às respectivas variações no sistema cambial doméstico, bem como a aumentos da renda *per capita* interna e a alterações em sua distribuição.

A tabela 3 apresenta os valores comentados.

TABELA 3
Exportações agropecuárias e participação da agropecuária nas exportações totais brasileiras (1989-2014)
 (Em US\$ correntes e %)

	Exportações agropecuárias (US\$ correntes)	Agropecuária – total (%)
1989	9.561.609.824	28
1990	8.857.056.082	29
1991	8.059.045.989	26
1992	9.259.012.498	26
1993	9.891.251.574	26
1994	12.797.763.285	30
1995	13.639.870.578	30
1996	14.573.136.370	31
1997	16.660.265.678	31
1998	15.365.218.351	30
1999	13.960.649.324	29
2000	12.896.814.775	23
2001	16.290.504.096	28
2002	17.075.712.962	28
2003	21.286.202.452	29
2004	27.918.743.743	29
2005	31.794.597.680	27
2006	36.547.574.730	27
2007	44.546.310.555	28

(Continua)

5. Aprofundamentos sobre essa questão fogem ao escopo deste estudo. Para uma discussão inicial sobre esse ponto, ver Da Mata e Freitas (2008) e OECD e FAO (2014).

(Continuação)

	Exportações agropecuárias (US\$ correntes)	Agropecuária – total (%)
2008	57.994.032.161	29
2009	54.598.858.171	36
2010	63.503.785.046	31
2011	81.550.957.112	32
2012	83.238.875.504	34
2013	86.394.063.751	36
2014	82.398.088.131	37

Fonte: Resultados do estudo com base em Brasil (2015).

Entretanto, observa-se alguma diferenciação entre os subperíodos 1989-1993, 1994-2008 e 2009-2014. É possível que essa subdivisão esteja correlacionada com a implementação do Plano Real de estabilização monetária e com os efeitos da crise internacional e de conjuntura interna favorável em 2008.

No primeiro caso, a participação da agropecuária nas exportações brasileiras totais foi, em média, de 27%. Já entre 1994 e 2008, essa parcela se situou na média de 29%, sendo que, em 1994, se verificou pela primeira vez o atingimento do patamar de 30%. E, no terceiro subperíodo, crescerá para 34%, notabilizando-se que, entre 2009 e 2014, somente valores acima de 30% foram verificados.

Em particular, o intervalo entre 2009 e 2014 conterá os efeitos derivados do impacto da crise financeira global de 2008. Recentemente, estes efeitos teriam atenuado os resultados positivos do subperíodo 2005-2010, no qual se notabilizaram melhorias nos termos de troca do país.⁶

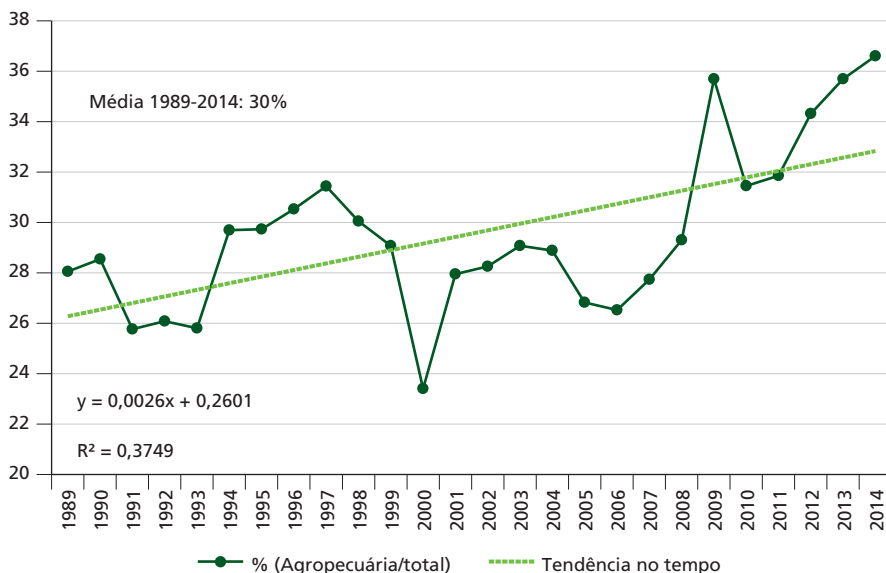
Além disso, há tendência de crescimento, no tempo, da participação da pauta agropecuária⁷ nas exportações totais: a reta de tendência da série (pontilhada no gráfico 2) inicia-se na casa dos 26%, para finalizar na casa dos 33%. Esse processo se coaduna com demanda asiática crescente por alimentos e matérias-primas agropecuárias. Ambos os argumentos estão ilustrados no gráfico 2.

6. Esse raciocínio se alinha com os resultados obtidos em Bastos (2015).

7. Há, inclusive, argumentos que ressaltam o caráter dinâmico de muitos itens agropecuários exportados. Para uma leitura recente sobre esse tópico, ver Da Luz (2014).

GRÁFICO 2

Participação da agropecuária nas exportações e tendência no tempo (1989-2014)
(Em %)



Fonte: Resultados do estudo com base em Brasil (2015).

Já em termos dos principais itens componentes da pauta agropecuária exportadora, cinco grupos de produtos totalizaram participação média – entre os anos – de 66% das exportações agropecuárias. Consoante à tabela 4, em ordem decrescente de participação, esses grupos foram: sementes e oleaginosas⁸ (NCM 12; 15,61%), carnes e miudezas (NCM 02; 13,87%), resíduos das indústrias alimentares⁹ (NCM 23; 13,14%), açúcares e confeitaria (NCM 17; 12,02%) e café e mates (NCM 09; 11,15%).

Tomados em conjunto, esses cinco grupos de produtos oscilaram entre um mínimo de 55,75% (1990) e 75,77% (2014) das receitas de exportações agropecuárias, entre 1989 e 2014.

8. A taxonomia inclui no capítulo 12 não somente a soja para semeadura e os outros grãos de soja, mas também a farinha de soja, e não se restringe exclusivamente à oleaginosa, abrangendo também amendoins e diversas sementes.

9. O capítulo 23 contempla farinhas, farelos e bagaços outros que não apenas os derivados da extração do óleo de soja, como também resíduos para fabricação de amido e preparações à base de sal iodado para alimentação animal.

TABELA 4
Participação média dos grupos de produtos nas exportações agropecuárias (1989-2014)
(Em %)

Grupo (SH2)	Média	Grupo (SH2)	Média
Sementes e oleaginosos (12)	15,61	Óleos essenciais e resinoides (33)	0,39
Carnes e miudezas (02)	13,87	Leite e laticínios (04)	0,34
Resíduos de indústrias alimentares (23)	13,14	Animais vivos (01)	0,30
Açúcares e confeitaria (17)	12,02	Preparações de cereais (19)	0,27
Café e mates (09)	11,15	Gomas e resinas vegetais (13)	0,17
Preparações de hortícolas (20)	7,08	Produtos hortícolas (07)	0,08
Tabaco e manufaturados (24)	6,53	Plantas vivas e floricultura (06)	0,08
Óleos animais ou vegetais (15)	4,67	Malte, amidos e féculas (11)	0,08
Preparações de carne e peixes (16)	2,43	Lã e pelos finos ou grosseiros (51)	0,05
Preparações alimentícias (21)	2,28	Seda (50)	0,04
Cereais (10)	2,11	Produtos químicos orgânicos (29)	0,03
Frutas (08)	1,96	Matérias para entrançar (14)	0,02
Bebidas e vinagres (22)	1,74	Peles e couros (41)	0,02
Cacau e preparações (18)	1,54	Outras fibras têxteis vegetais (53)	0,001
Algodão (52)	0,96	Produtos diversos de indústrias químicas (38)	0,001
Outros itens de origem animal (05)	0,55	Peleteria e suas obras (43)	0,0005
Matérias albuminoides e colas (35)	0,48	Produtos farmacêuticos (30)	0,000001

Fonte: Resultados do estudo com base em Brasil (2015).

Deve-se observar que muitos capítulos do SH não apresentaram exportação contínua; vale dizer, geraram exportações em alguns exercícios, e não em outros. Foram os casos, por exemplo, de peles e couros (NCM 41) e de seda (NCM 50). Igualmente, nos anos avaliados, não necessariamente há exportações regulares em todos os meses correspondentes. Esses processos estão possivelmente associados a condições de oferta local e demanda externa específicas, variantes ao sabor das próprias políticas comerciais mais ou menos restritivas dos parceiros comerciais brasileiros ao longo do período avaliado.

3.2 Importações

Já na frente das importações agropecuárias, a participação mais modesta foi de 4%, registrada nos exercícios de 2005, 2006, 2008 e 2010. Já 1991 e 1994 representaram os picos participativos, quando a agropecuária contabilizou 13% das despesas de importações do Brasil. É válido assinalar que, a partir de 1999, menos de 10% das divisas gastas com importações foram em produtos agropecuários.

A tabela 5 apresenta os valores comentados.

TABELA 5
Importações agropecuárias e participação da agropecuária nas importações totais brasileiras (1989-2014)

	Importações agropecuárias (US\$ correntes)	Agropecuária – total (%)
1989	2.055.022.768	11
1990	2.246.363.527	11
1991	2.662.683.555	13
1992	2.201.353.183	11
1993	3.135.171.605	12
1994	4.386.571.380	13
1995	6.086.738.667	12
1996	6.591.822.296	12
1997	5.847.492.130	10
1998	5.824.377.325	10
1999	4.092.802.268	8
2000	3.929.600.425	7
2001	3.255.383.209	6
2002	3.230.191.458	7
2003	3.514.310.440	7
2004	3.172.651.181	5
2005	3.191.432.625	4
2006	4.021.712.545	4
2007	5.454.293.373	5
2008	7.372.585.026	4
2009	6.452.571.683	5
2010	7.965.771.496	4
2011	10.784.716.296	5
2012	10.405.189.339	5
2013	11.073.619.980	5
2014	10.708.664.145	5

Fonte: Resultados do estudo com base em Brasil (2015).

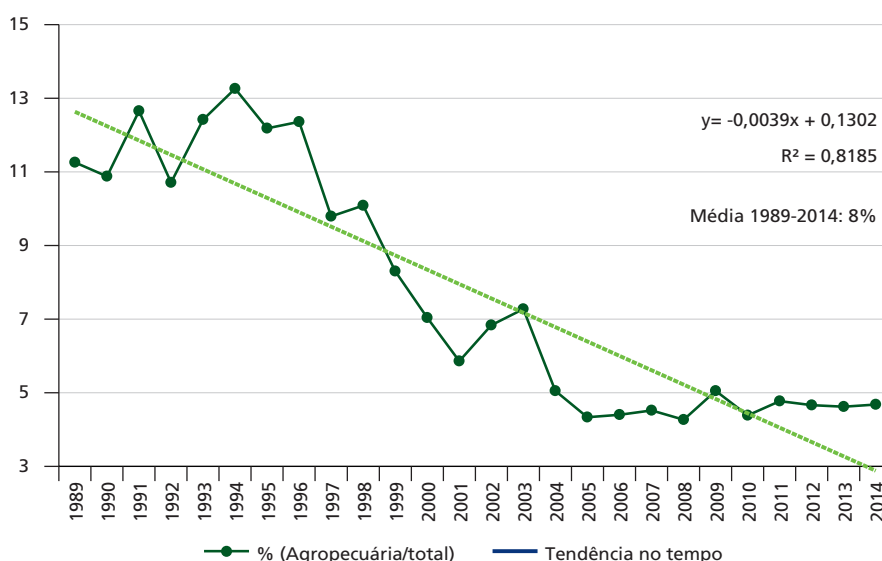
Todavia, ressaltam-se subperíodos distintos entre si – ou seja, os intervalos 1989-1998, 1999-2003 e 2004-2014. No primeiro subperíodo, a participação da agropecuária nas importações brasileiras totais foi, na média, de 12%, e sempre na casa dos dois dígitos. No segundo momento, entre 1999 e 2003, essa parcela declinou para 7%. E, no terceiro subperíodo (2004-2014), decresceria novamente, para não mais ultrapassar a casa dos 5%.¹⁰

10. É provável que tal subdivisão seja o resultado, entre outros fatores, da conjuntura econômica interna. Esse é um ponto que merece ser visitado em análises posteriores.

Ainda que o valor médio da série seja de 8%, é digno de nota que desde 1999 não foram registrados valores superiores a esse percentual. Desde 2004, as importações de bens agropecuários têm consumido de 4% a 5% das importações totais.¹¹ Esses números corroboram tendência decrescente da parcela da pauta agropecuária nas importações totais. Aqui, a tendência da série (pontilhada no gráfico 3) inicia-se na casa dos 13% para encerrar-se 10 pontos percentuais (p.p.) abaixo.

Ambos os argumentos estão ilustrados no gráfico 3.

GRÁFICO 3
Participação da agropecuária nas importações e tendência no tempo (1989-2014)
(Em %)



Fonte: Resultados do estudo com base em Brasil (2015).

Quanto aos itens mais importantes da pauta agropecuária importadora, dois subgrupos são identificados, consoante à tabela 6. O primeiro destes é composto por cereais (NCM 10) e por malte, amidos e féculas (NCM 11), que, em conjunto, responderam – em média – por 35% dos gastos em importações agropecuárias totais no período observado. Já o segundo subgrupo está representado por seis categorias de produtos, cuja representatividade média nesse critério foi de 5% a 7% – isto é: óleos animais ou vegetais (NCM 15; 6,81%), bebidas e vinagres (NCM 22; 6,49%), leite e laticínios (NCM 04; 6,33%), algodão (NCM 52; 5,97%), frutas (NCM 08; 5,88%) e produtos hortícolas (NCM 07; 5,58%).

11. Duas questões para debate futuro podem surgir a partir desse comentário. Em que medida houve queda de preços nominais – em dólares – da cesta de itens agropecuários importada pelo Brasil? Em que medida ocorreu redução do volume de importações desses itens, por conta de aumento de participação da oferta doméstica na respectiva demanda interna?

Em conjunto, estes oito grupos de produtos concentraram, em média, 72% dos gastos de importações de produtos agropecuários nos 26 anos avaliados.

TABELA 6
Participação média dos grupos de produtos nas importações agropecuárias (1989-2014)
(Em %)

Grupo (SH2)	Média	Grupo (SH2)	Média
Cereais (10)	24,00	Animais vivos (01)	0,94
Malte, amidos e féculas (11)	11,37	Óleos essenciais e resinoides (33)	0,85
Óleos animais ou vegetais (15)	6,81	Açúcares e confeitaria (17)	0,83
Bebidas e vinagres (22)	6,49	Matérias albuminoides e colas (35)	0,77
Leite e laticínios (04)	6,33	Tabaco e manufaturados (24)	0,76
Algodão (52)	5,97	Café e mates (09)	0,58
Frutas (08)	5,88	Peles e couros (41)	0,30
Produtos hortícolas (07)	5,58	Outras fibras têxteis vegetais (53)	0,19
Carnes e miudezas (02)	3,90	Plantas vivas e floricultura (06)	0,18
Sementes e oleaginosos (12)	3,80	Produtos químicos orgânicos (29)	0,07
Preparações de hortícolas (20)	3,58	Matérias para entrançar (14)	0,05
Preparações alimentícias (21)	2,51	Lã e pelos finos ou grosseiros (51)	0,05
Cacau e preparações (18)	2,27	Preparações de carne e peixes (16)	0,04
Resíduos de indústrias alimentares (23)	2,01	Produtos farmacêuticos (30)	0,02
Preparações de cereais (19)	1,41	Peleteria e suas obras (43)	0,01
Outros itens de origem animal (05)	1,34	Seda (50)	0,01
Gomas e resinas vegetais (13)	1,06	Produtos diversos de indústrias químicas (38)	0,01

Fonte: Resultados do estudo com base em Brasil (2015).

Um lembrete importante nesse ponto é que, embora menos frequente que no caso das exportações, também para as importações agropecuárias houve grupos de produtos de importação descontínua; vale dizer, de anos sem valores importados registrados. É o que se observou nos capítulos 38 (produtos diversos das indústrias químicas) e 43 (peleteria e suas obras).

3.3 Saldo

Em relação aos saldos comerciais produzidos pela agropecuária no período avaliado, três elementos devem ser sublinhados, conforme identificáveis na tabela 7. Estruturalmente, observa-se a vigência de *superavit* comerciais agropecuários para todos os anos, entre 1989 e 2014. Esse fato se realizou sob a ocorrência de distintos padrões monetários (cruzado novo, cruzeiro, cruzeiro real e real) e diferentes regimes cambiais, além de sobreviver às crises internacionais do México (1994), da Ásia (1997), da Rússia (1998) e dos Estados Unidos (2008).

Outro ponto é a tendência de crescimento dos saldos agropecuários a partir de 1998, em trajetória positiva. Destarte, é representativo o saldo comercial agropecuário em 2014, quase dez vezes o valor registrado em 1989.

Em terceiro plano, está a presença agropecuária nos saldos comerciais da economia brasileira, de modo que o segmento atuou no sentido de minimizar os *deficit* comerciais verificados entre 1995 e 2000 e em 2014, além de mais que compensar os *deficit* comerciais não agropecuários em 2001, em 2002 e entre 2008 e 2013.

TABELA 7
Saldos, razão (agropecuária/total)¹ e redução do *deficit* global² (1989-2014)
(Em US\$ milhões correntes)

	Total (T)	Não agropecuário (NA)	Agropecuário (A)	Razão (A/T)	Redução do <i>deficit</i> global
1989	15.832	8.326	7.507	0,47	n.d.
1990	10.373	3.763	6.611	0,64	n.d.
1991	10.238	4.842	5.396	0,53	n.d.
1992	14.951	7.893	7.058	0,47	n.d.
1993	13.088	6.332	6.756	0,52	n.d.
1994	10.023	1.612	8.411	0,84	n.d.
1995	-4.086	-11.639	7.553	n.d.	7.553
1996	-5.599	-13.580	7.981	n.d.	7.981
1997	-6.753	-17.566	10.813	n.d.	10.813
1998	-6.624	-16.164	9.541	n.d.	9.541
1999	-1.289	-11.157	9.868	n.d.	9.868
2000	-732	-9.699	8.967	n.d.	8.967
2001	2.685	-10.350	13.035	4,86	13.035
2002	13.196	-\$650	13.846	1,05	13.846
2003	24.878	7.106	17.772	0,71	n.d.
2004	33.842	9.096	24.746	0,73	n.d.
2005	44.929	16.326	28.603	0,64	n.d.
2006	46.457	13.931	32.526	0,70	n.d.
2007	40.032	940	39.092	0,98	n.d.
2008	24.958	-25.664	50.621	2,03	50.621
2009	25.272	-22.874	48.146	1,91	48.146
2010	20.155	-35.383	55.538	2,76	55.538
2011	29.804	-40.963	70.766	2,37	70.766
2012	19.425	-53.408	72.834	3,75	72.834
2013	2.286	-73.034	75.320	32,95	75.320
2014	-3.959	-75.649	71.689	n.d.	71.689

Fonte: Resultados do estudo com base em Brasil (2015).

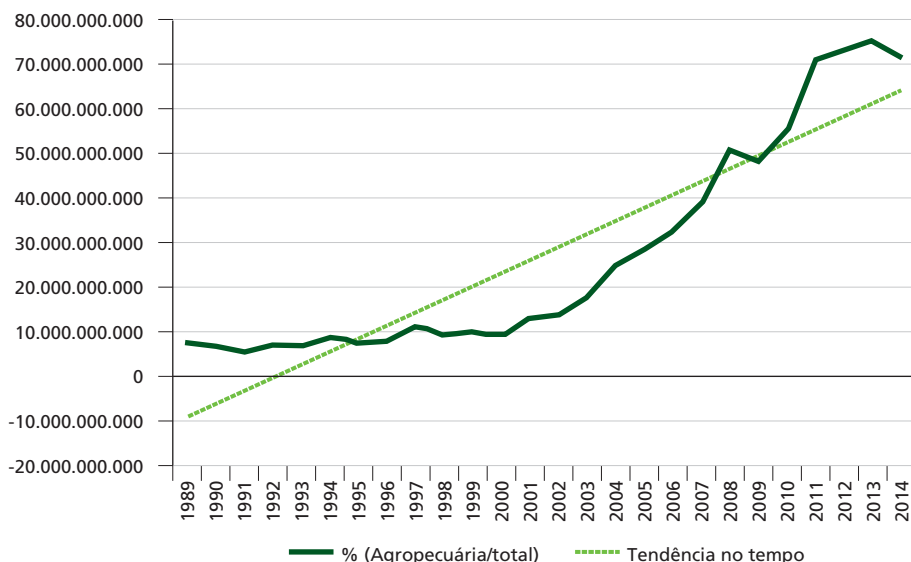
Notas: ¹ Somente definida quando o saldo total é positivo.

² Apenas calculado para anos com *deficit* não agropecuários.

Um registro necessário é que, nos anos da última coluna da tabela 7, estão assinalados os valores do *deficit* global, diminuído por conta da incidência dos *superavit* agropecuários. Dessa forma, em 2014, por exemplo, esse *deficit* foi reduzido em cerca de US\$ 71,5 bilhões, por conta do saldo líquido positivo da agropecuária e de seus processados.

É válido registrar que uma reta de tendência linear simples projetada sobre os saldos comerciais agropecuários informa acréscimo médio anual da ordem de US\$ 2,9 bilhões no interlúdio 1989-2014. Calculando-se a tabela *analysis of variance* (Anova) e o teste F (Bussab, 1988; Greene, 2000) para a reta estimada, obteve-se que esta se apresentou estatisticamente significativa no nível de 1% de probabilidade de erro, conforme o gráfico 4.

GRÁFICO 4
Tendência linear do saldo agropecuário brasileiro (1989-2014)
(Em R\$)



Fonte: Resultados do estudo com base em Brasil (2015).

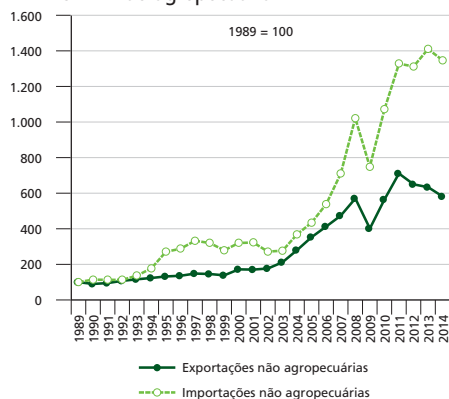
De modo a melhor compreender os dados da tabela 7, é possível analisar o comportamento das exportações não agropecuárias e das importações não agropecuárias, bem como das exportações agropecuárias e das importações agropecuárias, tomando-se como base 100 o primeiro ano da série. De acordo com o gráfico 5, no primeiro caso (produtos não agropecuários), o crescimento sobre a base de 1989 foi, comparativamente, pró-importações a partir do exercício de 1993 e, particularmente, no intervalo 2008-2014. Ao mesmo tempo, do lado dos produtos agropecuários, entre 1992 e 2001, foi mais acentuado o crescimento das importações; fenômeno que se reverteria¹² a favor das exportações agropecuárias a contar de 2002.

12. Diversas podem ser as causas para essa reversão. Entre estas, podem-se citar o comportamento internacional dos preços dos bens agropecuários exportados e/ou importados pelo Brasil, bem como a mudança da demanda internacional por alimentos e seus processados. Esse é igualmente um item que se inclui na agenda de estudos posteriores.

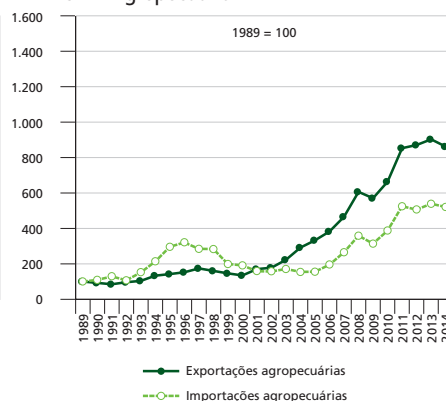
GRÁFICO 5

Exportações e importações não agropecuárias e agropecuárias (1989-2014)

5A – Não agropecuária



5B – Agropecuária



Fonte: Resultados do estudo com base em Brasil (2015).

Por fim, com base na tabela 2, dos procedimentos metodológicos, obteve-se a tabela 8, subsequente. Ademais do desempenho comercial agregado dos produtos agropecuários, há um *dégradée* de resultados, quando se desmembram os dados dos grupos de produtos (NCM) agropecuários ao longo do período em tela. Nesse âmbito, doze categorias de produtos não experimentaram *deficit* nos últimos 26 anos. Esses subgrupos são caracterizados como superavitários. Ressalte-se que há, entre estes, produtos já processados, como preparações, óleos e colas.

Paralelamente, há sete outras categorias com desempenho predominantemente superavitário. Nesses itens, o Brasil ainda tem, provavelmente, ajustes de natureza microeconômica que possam conferir a consolidação de posição provedora nos mercados mundiais, sem prejuízo do abastecimento interno. Nesse grupo, há produtos já com algum nível de elaboração, como preparações, óleos e até mesmo produtos químicos orgânicos.

De outra sorte, mais sete grupos de produtos apresentaram-se sempre ou predominantemente deficitários nos anos observados: gomas e resinas vegetais (NCM 13), peles e couros (NCM 41), cereais (NCM 10),¹³ produtos hortícolas (NCM 07), malte, amidos e féculas (NCM 11), outras fibras têxteis vegetais (NCM 53) e produtos farmacêuticos (NCM 30).

Enfim, citam-se os grupos de produtos de comportamento oscilante entre *deficit* e *superavit* no intervalo disponível para o estudo. Enquadraram-se aqui os de animais vivos (NCM 01), leite e laticínios (NCM 04), produtos diversos de indústrias químicas (NCM 38), bebidas e vinagres (NCM 22), algodão (NCM 52), peleteria e suas obras (NCM 43), preparações de cereais (NCM 19) e seda (NCM 50).

13. Dominante nas importações agropecuárias totais, conforme já detalhado na subseção 3.2.

Esses valores mostram que 19 dos 34 grupos de produtos foram superavitários ou predominantemente superavitários, sete apresentaram-se deficitários ou predominantemente deficitários e oito exibiram-se oscilantes. Tais números ratificam conclusões de estudos anteriores (Teixeira Vieira *et al.*, 2001; OECD e FAO, 2014), no sentido de apontar a condição de competitividade da agropecuária local.

TABELA 8
Desempenho dos grupos de produtos agropecuários (SH) (1989-2014)

Grupo SH	Anos superavitários	Anos deficitários	Característica
Carnes e miudezas (02)	26	0	Sempre superavitário
Outros itens de origem animal (05)	26	0	Sempre superavitário
Café e mates (09)	26	0	Sempre superavitário
Sementes e oleaginosos (12)	26	0	Sempre superavitário
Óleos animais ou vegetais (15)	26	0	Sempre superavitário
Preparações de carne e peixes (16)	26	0	Sempre superavitário
Açúcares e confeitaria (17)	26	0	Sempre superavitário
Preparações de hortícolas (20)	26	0	Sempre superavitário
Preparações alimentícias (21)	26	0	Sempre superavitário
Resíduos de indústrias alimentares (23)	26	0	Sempre superavitário
Tabaco e manufaturados (24)	26	0	Sempre superavitário
Matérias albuminoides e colas (35)	26	0	Sempre superavitário
Cacau e preparações (18)	25	1	Predominantemente superavitário
Óleos essenciais e resinoides (33)	25	1	Predominantemente superavitário
Lã e pelos finos ou grosseiros (51)	25	1	Predominantemente superavitário
Produtos químicos orgânicos (29)	23	3	Predominantemente superavitário
Plantas vivas e floricultura (06)	22	4	Predominantemente superavitário
Frutas (08)	21	5	Predominantemente superavitário
Matérias para entrançar (14)	21	5	Predominantemente superavitário
Seda (50)	19	7	Oscilante
Peleteria e suas obras (43)	16	10	Oscilante
Preparações de cereais (19)	15	11	Oscilante
Bebidas e vinagres (22)	14	12	Oscilante
Algodão (52)	14	12	Oscilante
Produtos diversos de indústrias químicas (38)	13	13	Oscilante
Animais vivos (01)	12	14	Oscilante
Leite e laticínios (04)	7	19	Oscilante
Cereais (10)	6	20	Predominantemente deficitário
Peles e couros (41)	5	21	Predominantemente deficitário
Gomas e resinas vegetais (13)	2	24	Predominantemente deficitário
Produtos hortícolas (07)	0	26	Deficitário
Malte, amidos e féculas (11)	0	26	Deficitário
Produtos farmacêuticos (30)	0	26	Deficitário
Outras fibras têxteis vegetais (53)	0	26	Deficitário

Fonte: Resultados do estudo com base em Brasil (2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato reconhecido que os *superavit* comerciais são, em geral, um sinal positivo de funcionamento de uma economia. Ademais, resultados comerciais positivos são ainda mais significativos em momentos de redução do nível geral de crescimento econômico, a exemplo do momento presente. Nesse diapasão, o objetivo deste trabalho foi mensurar a participação do setor agropecuário nos fluxos e saldos comerciais brasileiros.

Com base em dados da NBM e da NCM brasileira, em oito dígitos, calcularam-se os valores de participação de fluxos e saldos agropecuários, bem como se propôs classificação dos grupos de produtos agropecuários, a partir de seus resultados comerciais, no período 1989-2014. Nesse prazo, os produtos agropecuários foram responsáveis por 30%, em média, dos valores exportados pelo país. Conquanto tenham sido observados subperíodos com oscilação do percentual acima, os 26 anos aferidos sinalizaram tendência de alta deste.

Na pauta exportadora agropecuária, em média dois terços das receitas de exportações foram contemplados por cinco grupos de itens, a saber: sementes e oleaginosas, carnes e miudezas, resíduos das indústrias alimentares, açúcares e confeitaria, e café e mates. Diversos trabalhos apontam para o crescimento da participação de carnes e miudezas nas divisas de exportações agropecuárias brasileiras; fenômeno em linha com os projetados aumentos pela demanda de proteína para o século XXI.

A frente importadora apresenta decréscimo do percentual, devido às importações agropecuárias no total de divisas gastas em importações pelo país. Hoje, o percentual de 5% de divisas totais gastas em importações agropecuárias é menos que a metade dos 11% registrados no final da década de 1980. Para os fluxos importadores, é notável a concentração de gastos na aquisição de cereais e, em segundo lugar, de maltes, amidos e féculas. Deve-se observar também um grupo de gastos intermediários, mas de participação estável, representado por óleos animais ou vegetais, bebidas e vinagres, leite e laticínios, algodão, frutas e produtos hortícolas.

Os saldos agropecuários resultantes foram positivos em todo o período avaliado e funcionaram para mais que compensar os *deficit* comerciais não agropecuários em 2001, em 2002 e entre 2008 e 2013, ou para arrefecer os *deficit* comerciais não agropecuários entre 1995 e 2000 e em 2014. Em termos dos grupos de bens agropecuários, dezenove dos 34 grupos de bens foram superavitários ou predominantemente superavitários entre 1989 e 2014. Todavia – em particular nos grupos de bens oscilantes –, há produtos que podem mostrar melhores resultados comerciais no longo prazo, especialmente sob novos arranjos de agregação de valor

e sob estratégias comerciais dedicadas/específicas, a exemplo das preparações de cereais, bebidas e vinagres, bem como leite e laticínios.

Um item que pode compor agenda futura de investigação é avaliar como o comportamento internacional dos preços dos bens agropecuários exportados e/ou importados pelo Brasil e a mudança da demanda internacional por alimentos e seus processados afetam o saldo agropecuário brasileiro.

Ademais, estudos específicos posteriores podem trazer informações novas acerca das condições de inserção internacional mais intensa, no caso dos itens de desempenho predominantemente superavitário; ou por meio da ocupação de nichos de mercados ou de mercados emergentes em expansão, em especial para os grupos de produtos de desempenho oscilante.

REFERÊNCIAS

BASTOS, E. K. X. **Termos de troca, ganhos de comércio e crescimento da renda interna bruta real no Brasil de 2001 a 2014**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p. 10.

BONELLI, R.; MALAN, P. S. Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 6, n. 2, p. 353-406, 1976.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Correlação de Nomenclaturas: NCM x NBM**. Brasília: MDIC, 2012.

———. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. 2015. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: set. 2015.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. **Estatística básica**. São Paulo: Atual Editora, 1987. p. 322.

BUSSAB, W. O. **Análise de variância e de regressão**. São Paulo: Atual Editora, 1988. p. 148.

DA LUZ, A. O mito da produção agrícola de baixo valor agregado. **Revista de Política Agrícola**, ano. 23, n. 2, p. 20-39, 2014.

DA MATA, D. F. G.; FREITAS, R. E. Produtos agropecuários: para quem exportar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, p. 257-290, 2008.

FREITAS, R. E.; MACIENTE, A. N. Mesorregiões brasileiras com expansão de área agrícola. **Radar, Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, n. 41, p. 7-18, 2015.

GREENE, W. **Econometric analysis**. New Jersey: Prentice-Hall, 2000. p. 1004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto (PIB) a preços de mercado**: variação real anual – Referência 2000. Sistema de Contas Nacionais – Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual). 2016. Disponível em: <<http://goo.gl/gszmBf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT; FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **OECD-FAO Agricultural Outlook 2014**. Paris: OECD Publishing, 2014. p. 447-467.

SANTANA, C. A. M.; CONTINI, E. Alimentos – prioridade do Brasil e do mundo. **Agroanalysis**, v. 31, n. 9, p. 16-18, set. 2011.

SANTO, B. R. E.; LIMA, M. L. F. N.; SOUZA, C. B. S. Os vinte principais mercados para exportação agrícola no futuro. **Revista de Política Agrícola**, ano 21, n. 1, 2012.

SARTORIS, A. **Estatística e introdução à econometria**. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 426.

TEIXEIRA VIEIRA, R. C. M. et al. (Orgs.). **Cadeias produtivas no Brasil**: análise de competitividade. Brasília: Embrapa; FGV, 2001. p. 469.

WTO – WORLD TRADE ORGANIZATION. **Agreement on agriculture**. Geneva: WTO, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/KixpF7>>.

———. **Understanding the WTO**: the organization – Members and observers. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/MPxHa5>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

APÊNDICE

Este ponto do estudo informa os procedimentos utilizados, de modo a levar em conta a transição de códigos comerciais entre a NBM, no período 1989-1996, e a NCM, no período 1996-2014. As observações a seguir referem-se à compatibilização entre as duas definições.

- 1) O código SH 3823.60 (sorbitol – poliálcool, também chamado de glucitol nep) consta da lista do Acordo Agrícola, mas não foi localizado na NCM. De toda sorte, a NCM 2905.44 já contempla o d-glucitol (sorbitol) (poliálcool).
- 2) A NCM 3823.70 (álcoois graxos industriais e outras misturas de álcoois primários alifáticos) corresponde à NBM 1519.20, que não pertence ao capítulo 15 (gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal) na listagem da NCM. Logo, a NCM 3823.70 não foi incluída.
- 3) Entre as alíneas 1603, há duas alíneas da NBM que não se referem a peixes, mas sim a carnes; portanto, foram incluídas no total agropecuário. São estas: NBM 1603000101 (extratos de carne) ⇔ NCM 16030000 (extratos e sucos de carnes, peixes, crustáceos etc.); e NBM 1603000201 (sucos de carnes) ⇔ NCM 16030000 (extratos e sucos de carnes, peixes, crustáceos etc.). As respectivas NCMs não foram incluídas por não separarem as carnes de peixes e crustáceos. Já as alíneas 1.604 e 1.605 referem-se exclusivamente a peixes e/ou crustáceos; destarte, foram excluídas em todos os anos da série.
- 4) As NBM 2208100101, 2208100102, 2208100199, 2208109901, 2208109902, 2208109903, 2208109904, 2208109905, 2208109999 correspondem à NCM 21069010. Ambos os capítulos (21 e 22) pertencem integralmente ao Acordo Agrícola, e todas as alíneas citadas foram incluídas.
- 5) A NBM 1301909900 (outras gomas, resinas, gomas-resinas e bálsamos naturais) corresponde à NCM 33019040 (óleos resinas de extração). Ambos os itens pertencem integralmente ao Acordo Agrícola e foram incluídos.
- 6) A NCM 35029010 (soroalbumina) corresponde à NBM 300210020 (soroalbumina). Portanto, a NBM 300210020 foi incluída.

Todas as compatibilizações referidas tiveram por base Brasil (2012).